

## 24º CONGRESSO DO ANDES-SN INTENSIFICA PLANO DE LUTAS PARA 2005

### DOCENTES ELABORAM UMA AGENDA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E DECIDEM PELA DESFILIAÇÃO DO SINDICATO NACIONAL DA CUT



**Curitiba** – Sob o tema central “Unidade e Independência da classe trabalhadora: direitos sociais e projetos de emancipação”, o 24º Congresso do ANDES-SN aconteceu em Curitiba, durante o período de 24 de fevereiro a 1º de março. O evento contou com a participação de centenas de professores, representando associações de docentes de todo o país, para definirem ações e um calendário de lutas contra as reformas universitária, sindical e trabalhista propostas pelo Governo Lula. Em pauta, também estavam a campanha salarial de 2005, o plano de luta dos setores das IPES, IFES e IEES, a proposta de redução de CONAD’s – que hoje acontecem duas vezes ao ano – bem como a polêmica questão da desfiliação do ANDES-SN da CUT.

Contudo, como disse Profa. Marina Barbosa Pinto, “a vida nos desafia a transformar a dor em ação”. A presidente do Sindicato Nacional dos Docentes referia-se ao falecimento do Prof. Mauro Flávio Meza Montalvo, no dia 24 de fevereiro. Ele era professor do Departamento de Engenharia Agrícola da UFRRJ e um dos sete delegados enviados pela ADUR-RJ para participar do evento, conforme deliberado pela Assembléia da entidade do último dia 14 de fevereiro.

Esta seria a primeira vez que Prof. Mauro Meza participaria de um evento do Sindicato dos Docentes de âmbito nacional. Em diversos momentos deste encontro do ANDES-SN, Prof. Mauro Meza foi homenageado pelos colegas, que fizeram um minuto de silêncio em memória dele, bem como o aplaudiram de pé. A delegação da ADUR-RJ, também composta pelos professores Frederico José Falcão e Luis Mauro S. Magalhães (diretores da ADUR), Rômulo Garcia de Andrade, Célia Regina Otranto, Ana Cristina de Souza dos Santos e Valdomiro Neves Lima, agradeceu aos organizadores e participantes do 24º Congresso do ANDES-SN, às diretorias da APUFPR (anfitriã do evento) e do Sindicato Nacional dos Docentes pela gentileza e carinho como auxiliaram na condução dos procedimentos decorrentes deste triste fato.

ADUR Informa faz questão de destacar que este encontro de docentes, além de contemplar inúmeras deliberações importantes para a categoria, reafirmou um dos seus maiores méritos: a solidariedade de classe.

\*\* CONTINUA NA PÁGINA 2 \*\*

#### AINDA NESTA EDIÇÃO:

**ADUR-RJ GANHA CAUSA EM FAVOR DOS PROFESSORES PÓS-GRADUANDOS: PARECER DA REITORIA É FAVORÁVEL AO PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AOS DOCENTES EM ESPECIALIZAÇÃO.**

..... PÁGINA 9

#### NOTA DE FALECIMENTO

É com extremo pesar que as Diretorias da ADUR-RJ, da APUFPR e do ANDES-SN comunicam o falecimento do **Prof. Mauro Flávio Meza Montalvo**, do Departamento de Engenharia Agrícola da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), no último dia 24 de fevereiro.

Prof. Mauro Meza estava em Curitiba como um dos sete delegados enviados pela ADUR-RJ para participar do 24º Congresso do ANDES-SN, no período de 24 de fevereiro a 1º de março.

A Missa de Sétimo Dia ocorreu na última sexta-feira, dia 04 de março, na Paróquia N. Sra. das Graças, em Seropédica, e reuniu alunos, amigos e familiares do Prof. Mauro Meza.

Lamentamos o ocorrido e oferecemos aos familiares nossas condolências, bem como nossos mais estimados préstimos.

**Diretoria da ADUR-RJ  
Diretoria da APUFPR  
Diretoria do ANDES-SN**

## Da programação e da dinâmica dos trabalhos:

A extensa programação do 24º Congresso do ANDES-SN esteve dividida em seis dias, cujas atividades aconteciam, predominantemente, em três turnos: manhã (9h às 12h), tarde (14h às 17h) e noite (19h às 22h). O credenciamento dos delegados pôde ser realizado durante os dois primeiros dias do evento, para que eles recebessem o material do congresso – cadernos de textos, crachá de identificação, pasta, camiseta e crachá para votação.

Houve, primeiramente, as plenárias de abertura, de instalação e a inicial, onde foram levantadas as principais questões deste Congresso.

A plenária de abertura contou com a participação da presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto; da presidente da APUFPR, Maria Suely Soares; do reitor da Universidade Federal do Paraná, Carlos Augusto Moreira Junior – que também representou a ANDIFES durante a solenidade; do vice-diretor do CEFET/PR, João Luiz Kowaleski; dos diretores do Sindicato Nacional Márcio Antonio de Oliveira e Antonio de Pádua Bosi; Hélio Alexandre Mariano, da Regional Sul do ANDES-SN; Rafael Pops, da União Nacional dos Estudantes (UNE); Néstor Correa, da CONADU Histórica, da Argentina; Lúcia Reis, da Executiva Nacional da CUT e Marco Dorval Schmitz, do SINASEFE.

Para a presidente da APUFPR, Maria Suely Soares, a desfiliação da CUT, os planos para a carreira dos docentes, a campanha salarial, as reformas universitária, sindical e trabalhista, o projeto de Lei Orgânica para a Educação Superior foram as principais discussões do Congresso. Como representante da APUFPR e anfitriã deste Congresso, ela fez questão de ressaltar a importância política de um encontro como este para a categoria.



Logo, a plenária de abertura reafirmou o movimento docente como um espaço de luta em prol de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. A presidente do ANDES-SN afirmou que o 24º Congresso Sindicato Nacional definiria o futuro do movimento docente brasileiro, sobretudo porque as deliberações da categoria, tiradas durante o evento, interessam tanto aos aliados quanto aos opositores.

Para Marina Barbosa Pinto, a discussão acerca da desfiliação do ANDES-SN da CUT, um dos principais momentos do Congresso, traz ao Sindicato Nacional a responsabilidade de fortalecer o classismo, a combatividade, a autonomia e a democracia, em prol de um mundo mais justo.

Assim, a unidade dos trabalhadores e a reafirmação do ANDES-SN com o Sindicato da Categoria foram contempladas nas discussões e no tema central deste evento – “Unidade e Independência da classe trabalhadora: direitos Sociais e projetos de emancipação”.

Para otimizar as discussões, este tema central esteve dividido em três subtemas: “Plano geral de lutas: eixos, bandeiras e políticas setoriais” (Tema 1), “Questões organizativas e financeiras” (Tema 2), “Políticas setoriais: educacional, financiamento, carreira, docente, sindical, ciência e tecnologia, comunicação, agrária, seguridade social, relações internacionais e etnia, gênero e classe” (Tema 3).

Estes três temas foram debatidos intensamente em grupos mistos e plenárias correspondentes a cada um deles. Vale lembrar que os representantes da diretoria do ANDES-SN também foram reagrupados para participar das discussões destes grupos.

As discussões em grupos mistos puderam ser subsidiadas pelos artigos do Caderno de Textos, bem como por outros textos de resolução (TR) distribuídos pelos organizadores do Congresso. Ao todo, este encontro contou com 11 grupos mistos, que de-

bateram simultaneamente os mesmos TR's. Cada grupo apresentou uma dinâmica diferenciada para conduzir as discussões, sintetizadas por um relator. Posteriormente, os documentos produzidos pelos relatores de cada grupo foram incorporados a um documento, apresentado e debatido na Plenária de cada Tema correspondente.

Durante as plenárias, os delegados poderiam inscrever-se para defender seu posicionamento em relação ao tema tratado.

De acordo com a condução dos trabalhos realizada pela mesa, foi possível que até cinco pessoas por bloco pudessem se inscrever para apresentar propostas ou defender idéias.

Muitas vezes, o plenário interferiu, votando se um novo bloco de inscrições deveria ou não ser aberto. Inúmeros assuntos foram debatidos veementemente pelos docentes, que trataram da desfiliação do ANDES-SN da CUT às questões das cotas, políticas afirmativas e racismo.

Contudo, logo na plenária inicial houve um impasse referente ao credenciamento dos delegados de cinco seções sindicais – das universidades federais de Minas Gerais (APUBH), São Carlos (ADUFSCar), Mato Grosso do Sul (ADUFMS), Paraíba (ADUFPB) e Goiás (ADUFG). Estas cinco seções sindicais são algumas das que fazem dura oposição à atual diretoria do Sindicato Nacional.

As associações de docentes citadas, a partir de uma nova interpretação do artigo 72 do estatuto do ANDES – que prevê o repasse de 0,2% do salário ou vencimento básico de seus filiados ao Sindicato Nacional – decidiram reduzir o valor da mensalidade encaminhada à entidade nacional. Como apresentavam débito junto à tesouraria, os representantes destas AD's não puderam participar, inicialmente, das primeiras plenárias, já que suas respectivas seções sindicais não estavam em dia com o pagamento da contribuição sindical ao ANDES-SN.

É importante destacar que a Diretoria do ANDES-SN permitiu que estes delegados, cujas AD's estavam inadimplentes com a entidade, pudessem participar das plenárias, expressando suas opiniões, mas não tendo direito ao voto.

Já no quarto dia do Congres-

FOTOS: DANIEL CARON

DOCENTES FAZEM UM MINUTO DE SILÊNCIO EM MEMÓRIA DO PROF. MARÍO MEZA



DELEGAÇÃO DA ADUR-RJ AGRADECE AOS COMPANHEIROS DO CONGRESSO O APOIO RECEBIDO

so, por meio de liminar judicial, as AD's de Minas Gerais, Goiás, Paraíba e São Carlos conseguiram a inscrição como delegados e passaram também a participar com o voto.

## Das principais deliberações:

### a) Desfiliação da CUT

Um dos momentos mais esperados deste 24º Congresso do ANDES-SN foi a deliberação da categoria sobre a permanência ou não do Sindicato Nacional à CUT. Após a exposição de posições opostas sobre o tema, a contagem dos votos evidenciou o desejo da maioria: por 192 votos a favor, 85 votos contrários e 12 abstenções, o Sindicato Nacional dos Docentes se desfilia da Central Única dos Trabalhadores.

O Congresso deliberou ainda que o sindicato deve intensificar – em conjunto com as seções sindicais – sua participação em fóruns de luta como a CONLUTAS, os fóruns estaduais e os de defesa dos SPFs contra as reformas do governo Lula.

Esta discussão já havia sido iniciada em fevereiro de 2004, durante o 23º Congresso do ANDES-SN, que indicou que as associações de docentes, sua base, discutissem a relação do Sindicato Nacional com a CUT. O 49º CONAD, realizado em novembro do ano passado, apresentou dois pontos que foram aprovados: indicar a desfiliação para a apreciação das seções sindicais e a suspensão do pagamento à CUT.

Sendo assim, o 24º Congresso do ANDES aprovou por ampla maioria o TR 25, que delibera que o

Sindicato Nacional desfilie-se da CUT, bem como "continue, ao longo de 2005, empenhando-se na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula, na defesa de um movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados".

Assim como outros TR's que apontavam deliberações sobre o tema, o TR 27, apresentado como contribuição de um dos diretores da ADUR, Prof. Luis Mauro Sampaio Magalhães, foi aprovado. Para este professor, é importante que as bases possam discutir os desdobramentos da desfiliação do ANDES-SN da CUT, já que este é um novo caminho a ser trilhado pelo movimento sindical dos docentes. Lembramos que o TR 27 – "Ficar ou sair da CUT – uma questão que vai além da crítica à sua direção" – foi publicado integralmente na edição nº65 (de 18 de janeiro de 2005) do ADUR Informa.

O assunto, polêmico, proporcionou uma gama de opiniões antagônicas. Os que são a favor da desfiliação do ANDES-SN da CUT afirmaram que a Central, há muito, já abandonou o movimento docente. Isto pode ser evidenciado, segundo os defensores desta tese, no comportamento assumido pela CUT durante os últimos anos. Para eles, desde a década de 1990, a Central Única dos Trabalhadores tem se distanciado dos ideais que a consolidaram como a uma opção viável para a luta classista, em 1983, e como um pólo de resistência ao neoliberalismo.

O episódio da reforma da Previdência, em 2003, evidenciou o distanciamento da CUT dos projetos do Sindicato dos Docentes. Naquele ano, a Central não apoiou a greve dos Servidores Públicos Federais, que protestavam contra a reforma da previdência do governo Lula. Do



mesmo modo, em 2004, por ocasião da campanha salarial daquele ano, buscou negociar separadamente com o governo, o que contribuiu para o enfraquecimento do movimento docente. Atualmente, a CUT, aliada ao Fórum Nacional do Trabalho, vê com bons olhos a reforma sindical do governo Lula, que pretende cercar a autonomia das associações sindicais e do Sindicato Nacional. O projeto governista é um retrocesso em relação as lutas travadas pelos trabalhadores nas últimas décadas – tendo Luis Inácio Lula da Silva participado de parte delas. O direito à greve será restringido e acordos coletivos minimizarão, até extinguir aqueles garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pela Constituição Federal.

Contudo, os defensores da permanência do ANDES-SN na CUT argumentaram que é necessário recuperá-la e restabelecer, no seu interior, os mesmos princípios que há muito a solidificaram como uma representante dos trabalhadores. O principal ponto da defesa da permanência do ANDES à CUT localiza-se no debate sobre a unicidade do movimento sindical, sobretudo quando a direção majoritária da Central e o governo têm manifestado apoio ao PROIFES.

Entidade fundada pela chapa derrotada nas últimas eleições para o ANDES-SN, o PROIFES, ainda que sem representatividade e legitimidade, foi chamado pelo MEC para sentar-se à Mesa de Negociações, considerando-se critérios políticos, como afirmou o próprio Tarso Genro. Como critérios políticos, leia-se: dividir o movimento

docente, fragmentar a capacidade de articulação do Sindicato da categoria.

A tática adotada pelo governo Lula já não é mais novidade: dividir os trabalhadores, principalmente aqueles do funcionalismo público, para enfraquecê-los. Ao governo, interessa estabelecer negociações separadamente e criar uma instituição que possa confundir os docentes, para minimizar a capacidade de atuação do Sindicato Nacional.

Assim, uma vez definida a relação ANDES e CUT, espera-se que os professores possam enxergar com transparência os planos de luta apontados pelo Sindicato Nacional dos Docentes. Este é um momento histórico, no qual o sindicalismo no Brasil é constantemente posto à prova pelos seus opositores, mesmo durante um Congresso da categoria.

Um grupo minoritário, ligado ao PROIFES, contrário aos encaminhamentos do coletivo de docentes, convidou os presentes durante a plenária de encerramento, para uma reunião a ser realizada em um dos hotéis de Curitiba, ainda durante as discussões da mesma plenária.

Entretanto, a grande participação dos docentes em todas as atividades do 24º Congresso do ANDES-SN e a forma como os trabalhos foram conduzidos – bem como as principais discussões e deliberações do evento – deixam transparecer que as palavras de ordem deste encontro são resistência, combatividade e união. Estas devem ser levadas à risca por toda categoria docente, em 2005 e nos anos subsequentes.

#### **b) Setores: IEES, IFES e IPES**

Os encaminhamentos referentes aos setores das IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior), IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) e IPES (Instituições Particulares de Ensino Superior) foram contemplados no tema 1 – "Plano geral de lutas: eixos, bandeiras e políticas setoriais".

Os Textos Resolução (TR's) números 8, 9 e 10 – aprovados pela plenária – atualizaram os planos de Lutas dos setores das IEES, das IFES e das IPES, respectivamente. O objetivo dos TR's citados é fortalecer o movimento docentes dentro de cada setor, para que se possa en-

frentar a precarização do trabalho, exigindo dos governos competentes e das reitorias a realização de concurso público para as IEES e as IFES. Os documentos combatem veementemente os contratos precários, bem como exigem um plano de carreira, cargos e salários, conforme proposta apresentada pelo ANDES-SN.

Os mesmos textos repudiam o cerceamento da liberdade organizativa e sindical nas universidades estaduais e nas universidades particulares. O TR 8, por exemplo, propõe a realização de um encontro nacional de professores das universidades estaduais para o segundo semestre de 2005. O mesmo TR também defende uma luta político-jurídica para extinguir cursos pagos, realizados com apoio de fundações privadas, no espaço público.

O TR 9, que atualizou o plano de luta do setor das IFES, recomenda que as associações de docentes se mobilizem em prol de uma política de recomposição salarial, que elimine as perdas acumuladas durante os oito anos de governo FHC e os dois primeiros anos do governo Lula da Silva. O plano de luta do setor das IFES não se distancia das deliberações da última reunião do grupo, em 25 de fevereiro, e da Plenária dos Servidores Públicos, do dia posterior, realizadas em Porto Alegre, na ocasião do Fórum Mundial, conforme noticiado pela edição nº66 do ADUR Informa.

De acordo com o TR 9, o ANDES-SN reivindicará a reposição salarial emergencial, a ser definida na Plenária dos Servidores Públicos Federais. Do mesmo modo, haverá uma intensificação da luta no interior da CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais) para promover a unidade das entidades que a compõem, bem como para fortalecê-la nas negociações com o governo, com os Servidores Públicos Federais.

Quanto às deliberações aprovadas para o setor das IFES, ficou estabelecido também que o ANDES-SN construa, junto com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), a proposta de carreira nacional única dos professores das IFE, centrada nos princípios da isonomia e da paridade entre ativos e aposentados. Esta proposta de carreira, a ser construída em parceria com o SINASEFE, deverá ser acompanhada pelas AD's e pelo setor das IFES. As deliberações sobre tal proposta ficarão delegadas ao próximo CONAD.



Do mesmo modo, acordou-se neste 24º Congresso, que o Sindicato Nacional deve reivindicar do MEC a negociação de duas novas classes docentes. Trata-se da titulação de "Professor Associado" e da "Classe Especial", inseridas nos termos do projeto de carreira única do ANDES-SN, conforme documento divulgado pela Diretoria do Sindicato Nacional em 2 de março de 2005. O documento, que sintetiza algumas das deliberações do 24º Congresso para o setor das IFES, defende a valorização do título de doutor no ensino médio e fundamental, "com a criação da nova classe, e que não se dê em substituição à de titular, mas simplesmente como acréscimo de nova classe. A ascensão à classe especial poderá se dar com o doutoramento ou por avaliação de desempenho, similarmente à classe de professor adjunto".

Este documento afirma que a reivindicação pelas classes de "Professor Associado" e "Classe Especial" acontecerá independentemente da tramitação do anteprojeto de reforma da educação superior, devendo ser discutida, futuramente, pelas AD's, pelo setor das IFES e pelo conjunto do Sindicato.

Já o TR 10 contemplou o plano de lutas das particulares e deliberou pela Paula Unificada de Negociação Salarial para os docentes das IPES, já aprovada no 49º CONAD.

De acordo com o TR 10, o Sindicato Nacional também deve se articular pela implementação da proposta de Carreira Única do ANDES-SN e do regime de trabalho de "Tempo Contínuo" nas IPES, opondo-se ao de hora-aula. Este TR ressaltou ainda a necessidade de se denunciar os contratos de trabalho precários, a má remuneração e a baixa qualidade de ensino de algumas universidades particulares, assim como também deliberou para que se combata e denuncie a política autoritária que cerceia e restringe a mobilização de docentes das particulares.

### **c) Reforma universitária e sindical: docentes aprovam Agenda para a Educação Superior brasileira**

As reformas universitária e sindical foram amplamente discutidas pelos professores, cuja maioria concorda que ambas precisam ser freadas o mais rápido possível, sem a apresentação de emendas ao projeto do governo.

Os presentes entendem que medidas governistas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o projeto de Parceria Público-Privadas (PPP), a Lei de Inovação Tecnológica e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) são os primeiros passos da reforma capitaneada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva.

O governo, coerente com a estratégia de dividir o movimento sin-

dical, também tem tratado da reforma universitária de maneira fragmentada. Aos poucos, tem levado adiante medidas como as acima citadas, que visam mercantilizar a educação e a produção de conhecimentos.

Assim, os docentes deliberaram, durante a plenária do tema 1, sobre o TR 6 – "A luta por uma educação pública, gratuita, democrática, socialmente referenciada exige a reversão do modelo educacional excludente". Este documento foi apresentado como uma contribuição da Diretoria do ANDES, discutido pelos grupos mistos e aprovado, com modificações, no dia 28 de fevereiro, em plenária. O TR 6 é, na verdade, uma Agenda para a Educação Superior Brasileira em defesa de um ensino público, gratuito, laico, universal e socialmente referenciado.

Após fazer as correções e modificações aprovadas em plenária, o ANDES-SN divulgou este documento, que contempla as propostas do Sindicato Nacional para a universidade, no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira e nos encaminhamentos construídos no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP).

Esta Agenda para a Educação Superior Brasileira, que visa combater a reforma universitária do governo Lula, está disponível no site do ANDES-SN. Este documento também está disponibilizado na íntegra nas páginas 10,11 e 12 desta edição do ADUR INFORMA.

Assim como a Agenda para a Educação Superior Brasileira, o TR 7 – "A reforma sindical está no centro da agenda política do governo para 2005, e é urgente ampliar a resistência dos trabalhadores" – também foi aprovado com modificações, durante a plenária.

O TR 7 propõe que o ANDES-SN busque articulações com todas as forças do movimento sindical, organizando mobilizações desde as bases da categoria e pressionando parlamentares para que não aprovelem a proposta de reforma sindical apresentada pelo governo.

Este mesmo TR resguarda uma das principais bandeiras de luta do ANDES-SN ao longo dos últimos anos, que é a defesa por um sindicalismo autônomo e classista. O TR 7 ainda destaca que o ANDES-SN deve estar atento, combater, resistir e denunciar à sociedade as "manobras divisionistas", sobretudo as lideradas por organizações paralelas, que pretendem desestabilizar a unidade do Sindicato Nacional.

### **d) Campanha salarial para 2005**

O 24º Congresso do ANDES-SN deliberou acerca da campanha salarial de 2005, da carreira docente e da atualização do Plano de Lutas das IFES. Estes temas serão novamente discutidos na próxima reunião do Setor das IFES, prevista para o dia 14 de março e na Plenária dos Servidores Públicos Federais (SPF's), no próximo dia 15. Vale ressaltar, que na plenária do dia 15 de março será lançada a campanha salarial de 2005 e discutida a estratégia para a implementação de Mesa Nacional de Negociação entre o Governo e os Servidores Públicos Federais, com prazo definido.

A pauta da campanha salarial de 2005 luta para que o dia 1º de maio, de cada ano, possa ser institucionalizado como data-base de reajuste para os SPF's. Exige também o reajuste emergencial conforme o índice acumulado de 2003 e 2004 (ICV-DIEESE: 18%), bem como pressiona o governo Lula para que cumpra o compromisso de não ocasionar perdas salariais para os SPF's.

A campanha salarial de 2005 pressionará o governo federal para que respeite o dispositivo constitucional que prevê e assegura a revisão anual dos vencimentos básicos dos servidores públicos, compensando, no mínimo, as perdas referentes à inflação do ano anterior, de acordo com os índices do DIEESE.

Durante o Congresso, ficou estabelecido que os professores continuassem "em todas as ações referentes à Lei nº. 11.087/2005 (antiga MP 208), se pautando na defesa da extinção das gratificações (GED, GEAD, GAE), com sua incorporação". Em pauta, está incluída a defesa da paridade entre docentes e aposentados, assim como a isonomia entre professores do ensino médio, fundamental e do magistério superior, em seus valores mais altos.

Os encaminhamentos do 24º Congresso estabelecem a unidade das entidades que integram a CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais), para fortalecê-la e reafirmá-la como um espaço de lutas nas negociações com o governo federal.

Os presentes no 24º Congresso também deliberaram a favor da luta pelo restabelecimento de anuênios, defendendo a inclusão deste item na pauta dos SPF's, e concordaram em aprofundar as relações e discussões entre todas as esferas do funcionalismo público. A proposta inclui o combate às reformas universitária, trabalhista e sindical do governo Lula a partir de ações coletivas dos SPF's, em nível nacional.

### **e) Alterações no estatuto do ANDES: contribuição sindical e CONAD's**

Um dos pontos polêmicos do 24º Congresso esteve na votação do TR 18 e do TR 15, que prevêem alterações no estatuto do ANDES-SN. Após inúmeras argumentações, sempre contemplando posições antagônicas, ambos os TR's foram aprovados pela maioria, durante a plenária do tema 2: "Questões organizativas e financeiras".

Quanto à contribuição sindical, ficou estabelecido pelo artigo 72 do TR 18, recomendação de que as seções sindicais padronizem "a mensalidade dos associados no patamar de 1% da totalidade dos vencimentos ou remuneração de cada sindicalizado", repassando para o ANDES-SN 0,2% deste valor.

Durante a plenária do Tema 2, também se discutiu a alteração da norma estatutária sobre a realização de CONAD's (Conselho do ANDES-SN). Por 191 votos à favor, 52 contrários e 12 abstenções, deliberou-se pela organização de um CONAD por ano, sempre compreendido entre os meses de junho e agosto, em data e local a serem fixados pelo CONAD anterior.

O 50º CONAD será realizado em Fortaleza, sob organização da ADUFC (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará). Já o próximo Congresso do ANDES, previsto para os primeiros meses de 2006, acontecerá em Cuiabá, pela iniciativa da ADUFMAT (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso).



## CARTA DE CURITIBA

OS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, REUNIDOS NO 24º CONGRESSO DO ANDES-SN, REALIZADO DE 24 DE FEVEREIRO A 1º DE MARÇO DE 2005, NA CIDADE DE CURITIBA-PR, COM A PRESENÇA DE 356 DELEGADOS, 46 OBSERVADORES E 4 CONVIDADOS, ANALISARAM E APROFUNDARAM SUA REFLEXÃO SOBRE A CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL. CIENTES DAS RESPONSABILIDADES QUE TÊM DIANTE DOS GRAVES PROBLEMAS QUE ATINGEM AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, DOS ATAQUES AOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS E AOS SINDICATOS E DAS AMEAÇAS DECORRENTES DO CRESCENTE DOMÍNIO DO CAPITAL E DA INTERFERÊNCIA DOS INTERESSES DO CAPITAL INTERNACIONAL NA VIDA DO POVO BRASILEIRO, DIRIGEM-SE À POPULAÇÃO BRASILEIRA PARA MANIFESTAR A SUA VEEMENTE CRÍTICA À ATUAL POLÍTICA VICENTE, APRESENTAR SUAS PROPOSTAS E DELIBERAÇÕES SOBRE OS GRANDES TEMAS NACIONAIS E A ATUALIZAÇÃO DO SEU PLANO DE LUTAS.

NA ARENA INTERNACIONAL, CONSTATARAM QUE A AMEAÇA E A REALIDADE DE NOVAS CRISES FINANCEIRAS DE GRANDE ENVERGADURA, COM EPICENTRO NOS EUA, TESTEMUNHAM A CONTINUIDADE DA CRISE MUNDIAL DO CAPITAL, DA QUAL SE PRETENDE SAIR POR MEIO DA SUBMISSÃO DOS TRABALHADORES E DOS POVOS OPRIMIDOS, E POR MEIO DA CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS. AO MESMO TEMPO, APONTARAM A CRESCENTE RESISTÊNCIA DOS POVOS, NA AMÉRICA LATINA (NA BOLÍVIA, NA VENEZUELA, NA ARGENTINA E NO EQUADOR) E NO MUNDO INTEIRO, COM DESTAQUE PARA AS HERÓICAS RESISTÊNCIAS DOS POVOS IRAQUINOS, PALESTINOS E HAITIANOS ÀS OCUPAÇÕES MILITARES E À POLÍTICA IMPERIALISTA SUSTENTADA PELO CAPITAL FINANCEIRO.

OS CONGRESSISTAS MANIFESTAM SUA SOLIDARIEDADE À LUTA DESSES POVOS E REAFIRMAM A SUA DISPOSIÇÃO DE REALIZAR ESFORÇOS NA INTEGRAÇÃO MUNDIAL DAS LUTAS DE TODOS OS TRABALHADORES NA DEFESA DE SUAS CONQUISTAS E NO COMBATE ÀS IMPOSIÇÕES DO CAPITAL.

O GOVERNO LULA DA SILVA MANTÉM SUA FIRME DETERMINAÇÃO DE SUBMETTER O PAÍS AOS INTERESSES INTERNACIONAIS, POR MEIO DE UM CONJUNTO DE MEDIDAS COMO A CONTRA-REFORMA DA PREVIDÊNCIA, A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, A LIBERAÇÃO DOS TRANSGÊNICOS, A LEI DE FALÊNCIAS E A LEI DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. ACRESCENTA AGORA, "AS REFORMAS" SINDICAL E UNIVERSITÁRIA. NO SEU CONJUNTO, O GOVERNO AMPLIA O ESPAÇO DAS AÇÕES QUE FAVORECEM O CAMPO PRIVADO, DESOBRIGANDO O ESTADO DE SEU PAPEL PRECIOSO DE SUSTENTAÇÃO DO QUE É PÚBLICO E DO INTERESSE DOS CIDADÃOS.

EM NOME DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO, AVALIZADORA E GARANTIDORA DA GOVERNABILIDADE, O PAÍS RETROCEDE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E NA CRIAÇÃO DE EMPREGOS DIGNOS. A ECONOMIA, QUANDO CRESCE, ATENDE ÀS DEMANDAS DO CAPITAL E AMPLIA A SUA INSERÇÃO SUBORDINADA NA ECONOMIA MUNDIAL CAPITALISTA.

A RECENTE ONDA DE ASSASSINATOS NO CAMPO, NA FLORESTA, E NAS PERIFERIAS NOS ESTADOS DO PARÁ, GOIÁS E RIO DE JANEIRO, DEMONSTRAM QUE A REALIDADE SOCIAL DO PAÍS NÃO MUDOU, QUE POR TRÁS DAS MUDANÇAS POLÍTICAS DE FACHADA, QUE TANTAS ILUSÕES DESPERTARAM NO POVO BRASILEIRO, AS CLASSES DOMINANTES CONTINUAM AS MESMAS. O SUPOSTO EMPRESARIADO AGRÁRIO "MODERNO", VINCULADO AO AGRONEGÓCIO, FIGURA CENTRAL DO GOVERNO LULA, NÃO VACILA, TAL QUAL OS VELHOS LATIFUNDIÁRIOS BASEADOS NA GRILAGEM DE TERRAS, EM UTILIZAR TRABALHO ESCRAVO, JAGUNÇOS E O RECURSO AO MASSACRE PARA DEFENDER SEUS INTERESSES DE CLASSE, VINCULADOS POR MIL LAÇOS AO CAPITALISMO INTERNACIONAL.

OS DOCENTES DO ANDES-SN, EM SEU 24º CONGRESSO, DECLARAM SUA TOTAL SOLIDARIEDADE À LUTA DOS TRABALHADORES SEM TERRA E SEU REPÚDIO ÀS AMEAÇAS DE MORTE E ÀS CHACINAS DE LUTADORES E LUTADORAS SOCIAIS, RENOVANDO SUA DISPOSIÇÃO DE LUTA, AO LADO DE TODOS OS TRABALHADORES DO PAÍS, CONTRA A OPRRESSÃO E A EXPLORAÇÃO DE CLASSE.

O 24º CONGRESSO ATUALIZOU O PLANO DE LUTAS DO ANDES-SN, COM ÊNFASE NA DISCUSSÃO POLÍTICA SOBRE OS RUMOS DO SINDICATO, CENTRADA, PRINCIPALMENTE NAS REFORMAS SINDICAL E UNIVERSITÁRIA E NAS CAMPANHAS SALARIAIS.

TRATOU DETALHADAMENTE DA REFORMA UNIVERSITÁRIA, QUE ESTÁ SENDO PREPARADA PELO GOVERNO, E CONSIDEROU QUE O PRESSUPOSTO BÁSICO DE TRATAR A UNIVERSIDADE COMO UM BEM PÚBLICO NÃO-ESTATAL É INCOMPATÍVEL COM A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE. OS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR NÃO ABREM MÃO DO SEU PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O PAÍS. SUSTENTADO PELAS PROPOSTAS DO ANDES-SN PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA, NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO -

PNE DA SOCIEDADE BRASILEIRA, O 24º CONGRESSO ANALISOU E DEFINIU UMA "AGENDA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA PROPOSTA DO ANDES-SN PARA O BRASIL DE HOJE", PARA BALIZAR AS AÇÕES DO SINDICATO EM PROL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA E DIALOGAR COM A SOCIEDADE BRASILEIRA E, EM PARTICULAR, COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE COMBATEM O RACISMO, DEFININDO, NA AGENDA, POLÍTICA AFIRMATIVA ARTICULADA A PARTIR DO FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO NOS TERRITÓRIOS DE MAIOR NEGAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS QUE, A PARTIR DA INTERAÇÃO COM AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E CEFETS, DEVERÃO GARANTIR ACESSO DIFERENCIADO PARA OS ESTUDANTES DESSAS ESCOLAS. AS DEFINIÇÕES DA AGENDA SE OPÕEM DIRETAMENTE AO PROUNI, À LEI DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E AO SINAES, A PRIMEIRA EXPRESSÃO COMPLEMENTAR DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS QUE SERIAM FUNDAMENTAIS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO, PARA FAVORECER OS EMPRESÁRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA.

O 24º CONGRESSO CONSIDEROU, AINDA, QUE O PROCESSO ADOTADO PELO GOVERNO DE DISCUSSÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA, FEITO DE CIMA PARA BAIXO, SIMULANDO UMA DISCUSSÃO DEMOCRÁTICA, CONTRARIA E AMEAÇA A UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA. POR ISSO, EXIGE QUE SE ABRA UM NOVO CAMPO DE DISCUSSÃO, REALMENTE DEMOCRÁTICO, SEM ATROPELOS, SEM IMPOSIÇÕES DE SUA AGENDA POLÍTICA, COM O DEBATE SOBRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA - UM PATRIMÔNIO NACIONAL -, CONSTRUÍDA PELOS ESFORÇOS DE TODOS OS BRASILEIROS, CUJA MANUTENÇÃO, AVANÇO E UNIVERSALIZAÇÃO DE ACESSO É UMA EXIGÊNCIA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL NA PRODUÇÃO DO SABER, DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, DA ARTE E DA CULTURA.

O 24º CONGRESSO CONSIDERA QUE A LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DA CATEGORIA É PARTE CONSTITUTIVA DA LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA. NA ATUAL CONJUNTURA, A COALIZÃO GOVERNANTE TEM IMPOSTO UM RETROCESSO ÀS CONQUISTAS DOS DOCENTES COM MEDIDAS QUE ATINGEM DIRETAMENTE SEUS DIREITOS. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE, O APROCHO SALARIAL, A PERDA DE DIREITOS TRABALHISTAS, COM VALORIZAÇÃO DO INDIVIDUALISMO E DA COMPETIÇÃO, ALÉM DOS ATAQUES À ORGANIZAÇÃO SINDICAL AUTÔNOMA SÃO OS NEXOS QUE, DO PONTO DE VISTA DO GOVERNO, DÃO CORPO AO SEU PROJETO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA. A LUTA POR DIREITOS E POR CONDIÇÕES DE TRABALHO E SALÁRIOS CONDIZENTES COM A PROFISSÃO SÃO CONDIÇÕES BÁSICAS PARA SE ALCANÇAR UM PADRÃO UNITÁRIO DE QUALIDADE.

O 24º CONGRESSO REPUDIJA TODAS AS FORMAS PRECARIZADAS DE CONTRATAÇÃO, EXIGE A LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL E ENTENDE QUE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SOMENTE TERÁ ALCANCE SE HOUVER A ARTICULAÇÃO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO. REAFIRMA QUE NA ESFERA PÚBLICA É FUNDAMENTAL O FORTALECIMENTO DAS ARTICULAÇÕES COM OS DEMAIS SERVIDORES DAS ESFERAS FEDERAL E ESTADUAL E QUE, NO PLANO DAS IES PARTICULARES, É NECESSÁRIO REFORÇAR A LUTA PARA QUE OS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULAR TENHAM SEUS DIREITOS DE ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA RECONHECIDOS NO ANDES-SN, QUE SEJA BARRADA A VIOLÊNCIA, A PREPOTÊNCIA E O MANDACIONISMO DOS MERCADORES DA EDUCAÇÃO.

O GOVERNO LULA, APOIADO NO FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO, DO QUAL FAZ PARTE A CUT, ENCAMINHOU UMA REFORMA SINDICAL QUE VISA ESTRANGLAR OS SINDICATOS E A REPRESENTAÇÃO DE BASE, REFORÇANDO O PODER DAS CLÍPULAS BUCROCRÁTICAS DAS CENTRAIS E, TAMBÉM, AINDA QUE PROCLAME O CONTRÁRIO, A INGERÊNCIA ESTATAL E PATRONAL NAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES. A REFORMA SINDICAL VISA, AINDA, ANILQUIAR A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES, COM VISTA A IMPOR A REFORMA TRABALHISTA, BASEADA NO MALFADADO MITO DO "CLUSTO BRASIL", A QUAL OBJETIVA RETIRAR OS DIREITOS BÁSICOS DOS TRABALHADORES, CONQUISTADOS NA LUTA (DÉCIMO TERCEIRO, FÉRIAS, LICENÇA-MATERNIDADE E OUTROS) E IMPOR A COMPLETA FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO, CENÁRIO DE BARBARIE, QUE É O GRANDE OBJETIVO DO CAPITALISMO "GLOBAL". A COMPLETA ADAPTAÇÃO DA CUT A ESSE CENÁRIO E A ESSA PERSPECTIVA QUE PRETENDE NÃO COMBATER, MAS GERENCIAR, FOI AVALIADA PELAS ASSEMBLÉIAS DE BASE. A PARTIR DESSAS AVALIAÇÕES, O 24º CONGRESSO DELIBEROU A DESFILIAÇÃO DO ANDES-SN DA CUT.

ESSA DECISÃO É TOMADA DE FORMA CLARA, TENDO COMO PARÂMETRO A DEFESA DO SINDICALISMO CLASSISTA, AUTÔNOMO E DEMOCRÁTICO, OPONDO-SE AO SINDICALISMO COMPROMETIDO COM A TOTAL ADAPTAÇÃO DAS BUCROCRACIAS SINDICAIS À ORDEM EXISTENTE.

O ANDES-SN CONTINUARÁ, AO LONGO DE 2005, EMPENHANDO-SE NA CONSTRUÇÃO DE UM PÓLO DE RESISTÊNCIA SINDICAL ÀS REFORMAS DO GOVERNO LULA, NA DEFESA DO MOVIMENTO SINDICAL, AUTÔNOMO, CLASSISTA E COMBATIVO E QUE CAMINHE NO SENTIDO DA UNIDADE ENTRE TRABALHADORES DO CAMPO E DA CIDADE, DO SETOR PÚBLICO E DO PRIVADO, BEM COMO DE FORMALIZADOS E PRECARIZADOS.

O 24º CONGRESSO REAFIRMA OS PRINCÍPIOS DE AUTONOMIA E LIBERDADE DO ANDES-SN EM RELAÇÃO AOS PARTIDOS, ESTADOS E PATRÕES E ESTE DISPÕE-SE A INTENSIFICAR, EM CONJUNTO COM SUAS SEÇÕES SINDICAIS, A PARTICIPAÇÃO EM FÓRUMS COMO A CNESEF, O CONLUTAS, EM FÓRUMS ESTADUAIS DE LUTA, ENTRE OUTROS, OS DE DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, ALIADOS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS, NO COMBATE ÀS REFORMAS DO GOVERNO LULA: SINDICAL, TRABALHISTA E UNIVERSITÁRIA.

O 24º CONGRESSO REAFIRMA, AINDA, A ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO A PARTIR DOS LOCAIS DE TRABALHO, O DIREITO DE GREVE E A LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAIS, COM A SUSTENTAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SEUS SINDICALIZADOS, REQUISITOS SOBRE OS QUAIS SE BASEIA DESDE A SUA FUNDAÇÃO, COMO FUNDAMENTAIS PARA A ORGANIZAÇÃO E MANIFESTAÇÃO DOS DOCENTES. REAFIRMA, TAMBÉM, A NECESSIDADE IMPERIOSA DE CONSTRUIR COM TODA A CLASSE TRABALHADORA A LUTA DE EMANCIPAÇÃO PARA COM ELA CAMINHAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE SOCIALISTA.

REAFIRMA O COMPROMISSO HISTÓRICO DO SINDICATO DE LUTAR EM CONJUNTO COM TODOS OS MOVIMENTOS SOCIAIS POR UM PROJETO DE SOCIEDADE SOCIALISTA, DEMOCRÁTICA E EMANCIPADORA E DE CONTINUAR NA LUTA E NA RESISTÊNCIA, MANTENDO-SE FIRME E COESO NA DEFESA DOS TRABALHADORES, DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA, NA CERTEZA DE QUE A HISTÓRIA NÃO PARA E NÃO PAROU POR ORDEM DOS DOMINANTES. A HISTÓRIA, TEMO-LA FEITO, E CONTINUAREMOS FAZENDO-A COMO DEMONSTRA A LUTA DE TODOS OS POVOS.

**SEM VERGAR, ALCANÇAREMOS NOSSOS OBJETIVOS!  
TODOS JUNTOS, À CONSTRUÇÃO DESSA HISTÓRIA!**

**CURITIBA - PR, 1º DE MARÇO DE 2005**

**DIRETORIA DO ANDES-SN**



## PRÓS E CONTRAS DA DESFILIAÇÃO DO ANDES-SN DA CUT

**UMA DAS PRINCIPAIS DISCUSSÕES APRESENTADAS NESTE 24º CONGRESSO DO ANDES-SN VERSOU SOBRE A DESFILIAÇÃO DO SINDICATO NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. EM CURITIBA, ADUR INFORMA OUVIU LÚCIA REGINA DOS SANTOS REIS – DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT E TÉCNICA-ADMINISTRATIVA DA UFRJ – E PAULO MARCOS BORGES RIZZO, 1º VICE-PRESIDENTE DO ANDES-SN, E APRESENTA AS OPINIÕES DIVERGENTES SOBRE O ASSUNTO:**



**LÚCIA R. DOS SANTOS REIS**

**“DE 1997 PARA CÁ, COMO DIRETORA DA CUT E COMO SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL, TENHO PERCEBIDO UM RELACIONAMENTO BASTANTE DISTANTE DA MAIORIA DAS DIREÇÕES DO ANDES-SN COM A CENTRAL”.**

**AI: Como tem sido a relação do ANDES-SN com a CUT, ao longo dos últimos anos?**

**LR:** Na página do ANDES-SN, bem como nos Cadernos de Textos e outros artigos, há a menção da filiação do ANDES-SN à CUT, destacando a importância da Central quando fundada, e o que ela significou para o movimento sindical brasileiro. De 1997 para cá, como Diretora da CUT e como servidora pública federal, tenho percebido um relacionamento bastante distante da maioria das direções do ANDES-SN com a Central. Acho que tem a ver com um perfil da direção, mas na prática, o relacionamento ANDES-SN e a CUT sempre foi distante, o que não é exclusivo do Sindicato Nacional. Para o movimento sindical brasileiro assumir o perfil que imaginamos, como temos discutido na CUT, classista, de unidade, de luta, a gente ainda tem que andar um bom pedaço. O ANDES-SN tem que avançar, não só em relação à CUT, mas também com as demais entidades da educação. Não faço disso uma crítica, mas uma observação do que ainda temos como limitação dentro das próprias entidades. A política proposta neste Congresso não contribui para a construção e fortalecimento da

unidade dessa Central sindical, a CUT, ou de qualquer outro espaço, como a CONLUTAS, a qual o ANDES-SN já está vinculado. Acho que é uma divergência, a partir do perfil político desta atual direção do Sindicato Nacional, daquele que é o que tem sido eleito historicamente na CUT, nas suas assembleias, sem mudar uma linha daquilo que a Central sempre defendeu. Estamos insatisfeitos com a educação, com o funcionamento das universidades, com a estrutura do movimento sindical, queremos ampliar as relações de trabalho, os direitos dos trabalhadores. A luta pela liberdade e pela autonomia sindical é histórica para todos nós. Queremos nos organizar por ramo, e não apenas por município ou por categoria, podemos ter direito de greve e negociação. Defendemos que a Central, apoiada nas deliberações de sua base, deve interferir em processos por melhores condições na sociedade. Vivemos a experiência da Reforma da Previdência, onde o governo Lula não abriu espaço para negociação com os trabalhadores, e esta experiência, não queremos repetir. A nossa proposta de reforma sindical está apoiada em deliberações de base, dos últimos Congressos da CUT, que deliberou que a Central deveria participar do Fórum Nacional do Trabalho e de

todo o processo de negociação. Em ambas as reformas, tanto a sindical quanto a universitária, a partir do acúmulo de debates que temos, vamos disputar para que elas sejam positivas para os trabalhadores e para a população brasileira. Vamos definir táticas e novos procedimentos em maio, na plenária da CUT. Ambas as reformas irão tramitar no Congresso, então, temos que interferir nas propostas do governo, já que ele abriu a possibilidade de negociação. Queremos que as reformas estejam próximas do que há muito tempo reivindicamos.

**AI: Uma das críticas que se faz a reforma sindical é a de que os sindicatos vão perder sua autonomia em prol da Central, que terá o poder de negociar em seu nome.**

**LR:** Isso não é verdade. Não precisa nem estar muito atento à proposta desta reforma, para ver que existem aspectos que a CUT critica. Neste caso, em particular, digamos que tenha um acordo, que seja assinado por uma negociação e que a CUT não assina as questões que são específicas de ramos e de categorias. A CUT trata de questões mais gerais. Digamos que uma confederação ou mesmo o ANDES-SN feche um acordo e uma AD não concorde. Na reforma, é admitida possibilidade de um sindicato de base se negar a assinar aquele acordo, optando por outro caminho. Há vários aspectos que vêm sendo afirmados e não verdade e alguns que são. Por exemplo, queríamos avançar pelo direito de greve, embora tenha havido avanço neste tema, mas não conseguimos o que gostaríamos. Defendemos a plena liberdade e autonomia sindical, mas não conseguimos. Não houve consenso nem entre os sindicalistas, inclusive daqueles que estão na direção da CUT. Construiu-se uma proposta pela qual podemos arrebentar com essa estrutura pelega, que há muito combatemos. Queremos liberdade e autonomia sindical para aquele trabalhador que não se sente representado por determinado sindicato, como acontece com o Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro. O trabalhador não aguenta mais aquele sindicato que nada faz e hoje não pode se organizar em outra entidade. O que está

aprovado na reforma, por deliberação da categoria, pode ser mantida a unidade ou até mesmo se abrir um novo sindicato. Então, não só pode ser mantida a exclusividade daquelas entidades que têm representatividade e a categoria não admite que outras entidades interfiram nesse processo, como abre um espaço para esses sindicatos fantasmas, aonde alguns dirigentes vivem da arrecadação do imposto sindical, parem de arrecadar o imposto sindical e possam ser substituídos por entidades efetivamente comprometidas com os interesses dos trabalhadores. Não é a plena liberdade e autonomia sindical, mas elas vêm com a exclusividade se a categoria assim desejar. Com a reforma do governo, vem o fim do imposto sindical, que é o que sustenta as milhares de entidade do país, vem a possibilidade dos trabalhadores se organizarem por ramos de atividades, e não por municípios e por categoria. Na prática já estamos fazendo isso. Os banqueiros têm que negociar com a CNB, que é uma entidade que fala em nome de todos os bancários, do setor público e privado. Hoje, quando se tem mais mobilização se consegue algo um pouco melhor. Na proposta do FNT (Fórum Nacional do Trabalho), que defendemos, o que é negociado mais amplamente por uma Central Sindical ou por uma Federação, é o patamar mínimo de direitos. Onde houve capacidade de pressão para levar aquela proposta, ela pode acontecer. Acho que há uma série de críticas feitas, baseadas em leitura não atenta dos textos e diversos relatórios. Na página da CUT, todos os debates feitos com o FNT, estão ali disponibilizados. A proposta final, a do governo, já teve uma avaliação da executiva aprovada na reunião do dia 16 e 17 de fevereiro. Então, estão disponíveis para consulta a indicação dos pontos positivos fundamentais, que abrem a porta para a mobilização. Tem que ter luta, não basta mudança na lei. Se mantidas no congresso e representantes do empresariado, dos setores conservadores, não desfigurarem a proposta, ela já traz vários avanços. Mas ela traz também aspectos negativos, nos quais vamos buscar produzir avanços, fazer emendas. O processo mal começou.

**AI: Uma das principais críticas feitas à CUT é a de que ela se**

**distanciou de seus propósitos originais, estando burocratizada, verticalizada. Os ideais da CUT ainda são os mesmos desde a data da fundação da Central? Como vocês entendem o debate sobre a desfiliação do ANDES-SN da CUT?**

**LR:** As afirmações dos princípios da CUT estão na sua afirmação da reforma sindical. Queremos avançar na conquista da liberdade e da autonomia sindical, no fim dos sindicatos pelegos, na construção de estruturas nas quais os trabalhadores possam se unificar e ter mais poder para lutar pelos seus direitos. É bem mais fácil se você estiver organizado e conseguir um patamar mínimo de direitos para as negociações mais localizadas poderem avançar além daquilo, do que deixar quem trabalha numa pequena fábrica negociar sozinho. Nosso maior exemplo das propostas fundamentais da CUT está na luta pela reforma sindical, buscando através desse processo que está aberto, a possibilidade de fortalecer a estrutura sindical brasileira. A intervenção da Central na educação depende daquilo que as entidades da educação têm debatido e vão desenhar. Todas as entidades, tirando o SINASEFE e o ANDES, querem interferir nesse processo de debate. Não é porque são governistas, chapa branca. É porque lutamos por democracia e temos que participar destes debates. Quem é que vai dar pressão e suporte para que essas entidades conservadoras não se aproximem do governo?

**AI: O PROIFES não seria uma dessas forças conservadoras?**

**LR:** O PROIFES é uma questão muito interna do ANDES. Eles não são de uma entidade sindical, mas sei que muitos, se pudessem, fundariam uma outra entidade para substituir o ANDES. Mas do conhecimento superficial que tenho, de conversar com algumas pessoas que tenham essa idéia, eles querem interferir no debate. Alguns, que estão com pouco espaço e não concordam com os encaminhamentos do ANDES, querem formar uma outra entidade sindical. De repente, o PROIFES pode dar origem a um processo como esse. Para nós, que defendemos a autonomia sindical, se os professores criarem um novo

sindicato e encontrarem representatividade para isso, podem fundar uma nova entidade, que junto com o ANDES pode estar filiada à CUT. Acho, inclusive, que a desfiliação do ANDES é muito liderada pelo PSTU e por correntes políticas a ele filiadas, associadas, próximas, que é a de fazer disputa política e ter uma outra Central Sindical. Se a CONLUTAS quiser, pode estar unificada à CUT, para disputar em negociações futuras com o governo. O que assistimos é uma disputa rasa, que quer fragilizar a CUT, a maior Central sindical do país e a quinta do mundo. É um processo de desqualificação da Central Única dos Trabalhadores. Os metalúrgicos de Minas Gerais se desfilaram da Central e depois de um processo conturbado, retornaram a CUT. Forças como as que dividem a direção do SINASEFE são independentes, mas que por decisões internas, acham que têm que ir para uma entidade mais combatida, como a CONLUTAS. A CUT é uma central sindical importante e achamos que ela tem que estar interagindo com as demais entidades sindicais. Tudo é um processo dinâmico, espero que essa reforma saia e que as questões fundamentais que garantimos nessa reforma seja aprovada. Inclusive, estava me esquecendo de dizer que para os docentes, esta reforma garante o direito de negociação coletiva, obrigando Estado e União a negociarem com os trabalhadores. Devemos interferir nesse processo das reformas e apresentar propostas para elas.

**AI: Então, a desfiliação do ANDES da CUT seria precipitada?**

**LR:** Não diria precipitada porque não a desejo. Diria apenas que ela seria uma decisão que não tem base para ser formado, porque não houve um processo adequado de discussão. Acho que as assembleias foram esvaziadas por conta das férias das universidades, e é fundamental que tenhamos participação expressiva para isso.



**PAULO MARCOS BORGES RIZZO**

**“COM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA, HOUVE UMA GENERALIZAÇÃO DA INSATISFAÇÃO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS EM RELAÇÃO AO COMPORTAMENTO DA CUT. TEMOS ACOMPANHADO, EM NOSSOS CONGRESSOS E DEBATES, OS PRÓPRIOS PROFESSORES QUESTIONANDO O QUE AINDA ESTÁVAMOS FAZENDO NA CUT.”**

**AI: Como tem sido a relação do ANDES com a CUT nestes últimos anos? Há, de fato, um distanciamento entre as diretorias das entidades?**

**PR:** O relacionamento do ANDES e da CUT não é um problema das direções destas entidades, ora se aproximando ou se afastando. Nós temos atitudes democráticas, deliberadas pelas suas instâncias, nos seus congressos, nos seus CONAD's e portanto não é uma questão ditada pela diretoria. Nossas dificuldades de relacionamento com a CUT se aprofundaram a partir da reforma da previdência, sobretudo no início deste atual governo. Não dá para deixar de falar sobre esta questão. Divergências políticas e embates de posições sempre existiram no interior da CUT, mas é preciso considerar que muitos dos quadros do governo Lula tiveram suas origens no movimento sindical e na própria CUT. O principal protagonista da reforma da previdência foi o Ricardo Berzoini, que é ex-sindicalista e ex-dirigente da CUT, e hoje foi para o trabalho para promover a reforma sindical. Sobretudo após a reforma da previdência, ficou evidente certa promiscuidade entre os dirigentes da CUT e do governo, certa complementaridade de ação tanto do governo quanto da CUT, que perdeu sua autonomia quando passou a ser agente das reformas do governo, inclusive, defendendo que os sindicatos administrem fundos de pensão, agenciem empréstimos bancários e uma série de coisas para o capital. Há um distanciamento dos anseios da base dos trabalhadores, sendo um dos agentes de implementação das reformas. Com a reforma da previdência, houve uma generalização da insatisfação dos docentes das universidades públicas em relação ao comportamento da

CUT. Temos acompanhado, em nossos congressos e debates, os próprios professores questionando o que ainda estávamos fazendo na CUT. Lucia Reis, durante a plenária de abertura, questionou a representatividade, o tamanho de nossas assembleias. Temos certeza de que se elas estivessem muito mais cheias, os delegados que estão neste congresso seriam quase 100% a favor da desfiliação. Os delegados estão muito insatisfeitos com o posicionamento político da CUT nestes últimos anos.

**AI: As centrais sindicais seriam as novas intermediárias desse processo de negociação com o governo, caso seja aprovada a reforma sindical?**

**PR:** O objetivo final do conjunto das reformas que vêm sendo feitas no país é a reforma trabalhista. Esta última visa a flexibilização das leis trabalhistas, mexendo no direito dos trabalhadores desde a CLT e a constituição, sendo esta uma exigência internacional do processo de desconstituição dos direitos adquiridos pelos trabalhadores. Esta é a meta que o capital exige de um país. Para isso, é preciso, segundo o governo, fazer a reforma sindical, sobretudo porque ela possibilita haver uma concepção mais liberal dos direitos. Com esta reforma do governo Lula, as garantias previstas pela Constituição Federal seriam substituídas pela negociação. O grande risco da reforma sindical é exatamente deixar que as negociações substituam o legislado e que qualquer acordo possa ditar as relações de trabalhos entre patrões e empregados. Em países de alto poder aquisitivo, estas relações liberais não são tão prejudiciais aos trabalhadores quanto seria no Brasil. Gostaria de dar um exemplo, que seria o da ação direta de inconstitucionalidade (Adin), que foi

#### **AGENDA DE ATIVIDADES DO ANDES-SN:**

**14/03 – REUNIÃO DO SETOR DAS IFES**

**15/03 – REUNIÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS**

movida contra os aposentados. O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a Adin, que dizia que aquela regra só poderia valer para os novos aposentados, sob alegação da garantia dos direitos adquiridos, já que essa taxação implicava em redução de salário. Para o STF, a dificuldade econômica do Estado está acima deste direito adquirido, decisão que foi muito comemorada pelo planalto, já que o caminho ficou aberto para que eles passassem a reforma sindical. Quando STF diz que não há validade no direito adquirido, está demonstrado o objetivo desta reforma, que é colocar as relações de trabalho e as garantias desses trabalhadores como negociáveis. As férias, por exemplo, são um direito. Na negociação, contudo, elas poderão ser reduzidas. Vários setores, como a CUT, têm apoiado essa reforma. Na lógica deles, como o sistema produz cada vez mais desemprego, direitos são apresentados como coisas que atrapalham se ter um emprego. É como se fosse inexorável que os trabalhadores só vão poder ter uma relação com o trabalho pensando no dia de amanhã, como acontece com os dos setores informais, que não podem fazer planos ao longo prazo, pois não sabem se estarão

empregados nos próximos meses.

**AI: ANDES-SN e CUT, ainda que apresentem posições opostas sobre diversos temas, têm conseguido trabalhar conjuntamente em algum momento?**

**PR:** Posso dar exemplo de alguns fóruns de luta, dos quais varias entidades participavam, inclusive a CUT. Um deles era o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e outro é o da Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais (CNESEF), no qual a CUT e o ANDES estiveram presentes. A CUT tem evitado e buscado excluir estes espaços, como aconteceu no caso dos Servidores Públicos Federais. A atuação particular da Lúcia Reis, encarregada da executiva nos SPF's, durante o ano passado, foi a de excluir a coordenação dos SPF's, atuando a CUT em negociações sem a participação do CNESEF. A CUT ajudou a dividir os servidores públicos federais. No Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a atuação recente da Central e de outras entidades que têm dirigentes bem governistas foi o de paralisar e de evitar que esses fóruns realmente funcionem, porque o governo Lula passa a ter a necessidade de

minimizar todos os espaços de crítica, já que a crítica incomoda.

**AI: Uma crítica feita pelos favoráveis pela permanência da filiação do ANDES à CUT é a de que a diretoria do Sindicato Nacional está influenciada pelo PSTU, bem como pelo desejo da CONLUTAS de se tornar uma Central. Isto procede?**

**PR:** Esta argumentação é muito frágil. Evidentemente, existe uma disputa política no interior dos espaços sindicais, mas não temos no ANDES a influência partidária que existe em outros sindicatos. Em entrevista na Isto É, o ministro Tarso Genro disse que éramos contra as reformas sindical, trabalhista e universitária porque éramos ligados ao PSTU. Primeiro, ele dá a um partido pequeno um poder e uma influência da qual o PSTU não dispõe. Efetivamente, o conjunto das deliberações que este Sindicato toma não tem nada a ver com as decisões dos partidos, e sim com os encaminhamentos de assembleias, congressos, CONAD's, junto com a sua base.

**AI: O ANDES, ao se desfilial da CUT, não poderia contribuir, indiretamente, para a fragmentação deste movimento sindical, sobretudo ao se**

**considerar o surgimento de uma entidade como o PROIFES no atual cenário político?**

**PR:** A força do ANDES vem de sua base. Temos 72 mil sindicalizados e plena convicção de que a desfiliação da CUT pode nos aproximar da base do sindicato, nosso pilar de sustentação. Não estamos felizes por nos desfilial da CUT, pois deveríamos estar, ao lado da Central, brigando contra o pacote de reformas do governo. Mas não há saída, não existe mais esse espaço. As reformas sindical e trabalhista, assim como aconteceu com a da Previdência, têm sido endossadas pela CUT. Haverá, certamente, tentativas de nos isolar. Esta vai ser uma experiência nova e estamos dispostos a enfrentá-la. O principal papel do ANDES é desmanchar possíveis consensos de pensamentos hegemônicos que se formam em nosso país, calcados na idéia de que estas reformas são para incluir. Queremos combater esse consenso, pois não vamos abrir mão de nossos princípios e posições que temos defendido historicamente. Enquanto professores, é pedagógico não aceitar esses consensos sobre a reforma sindical, universitária e trabalhista.

## NOTA PÚBLICA do ANDES-SN

**ADUR INFORMA PUBLICA A NOTA PÚBLICA DIVULGADA PELO ANDES-SN, NO ÚLTIMO DIA 28 DE FEVEREIRO. POR ESTA NOTA, A ENTIDADE SE MANIFESTA CONTRARIAMENTE AO FATO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NÃO TER CONVIDADO O SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES PARA AUDIÊNCIA DO ÚLTIMO DIA 25 DE FEVEREIRO, QUE TRATOU DA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR:**

A Diretoria do ANDES - Sindicato Nacional tomou conhecimento, pela imprensa, de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu em audiência, no dia 25 de fevereiro de 2005, um grupo de entidades sindicais, entidades patronais, de dirigentes de instituições de ensino superior e de estudantes para tratar do encaminhamento da reforma universitária proposta pelo MEC.

Considera lamentável e inusitado que o Presidente da República, por meio de ato anti-sindical e antidemocrático, não inclua entre os convidados o nosso sindicato, que congrega mais de 70 mil professores sindicalizados e que tem uma trajetória de luta pela universidade pública e gratuita engajada na perspectiva de uma sociedade progressista, democrática e participativa, reconhecida por amplos setores da sociedade. Essa atitude de desconsideração tem o objetivo de abafar a voz crítica do ANDES-SN contra a proposta do governo que sofre, hoje, de crescente rejeição por amplos setores da sociedade.

Denuncia o caráter antidemocrático dessa reunião e cobra do governo uma real discussão da reforma universitária com a sociedade, sem atropelos, sem os condicionantes de sua agenda política e que permita considerar as propostas construídas na luta ao longo dos anos, a exemplo da *Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira*.

Neste momento, os docentes, reunidos no 24º CONGRESSO do ANDES-SN, na cidade de Curitiba, estão discutindo a *Agenda para a Educação Superior: Uma Proposta do ANDES-SN para o Brasil de Hoje*, que irá balizar as nossas ações em prol da educação pública e da universidade brasileira.

A Diretoria do ANDES-SN exige que se abra um novo campo de discussão democrática para se debater em profundidade um dos patrimônios do país - a universidade pública e gratuita -, construída pelos esforços de todos os brasileiros, cuja manutenção, avanço e universalização de acesso é uma exigência para a independência nacional na produção do saber, da ciência e da tecnologia, da arte e da cultura.

Diretoria do ANDES - Sindicato Nacional  
Curitiba - PR, 27 de fevereiro de 2005



## ADUR-RJ GANHA CAUSA EM FAVOR DOS PROFESSORES PÓS-GRADUANDOS

PARECER DA REITORIA É FAVORÁVEL AO PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AOS DOCENTES EM ESPECIALIZAÇÃO

No último dia 22 de fevereiro, a ADUR-RJ foi informada de que ganhou a causa referente à ação do pagamento da insalubridade dos professores pós-graduandos. Conforme publicado na edição nº61 do Adur Informa, de 20 de outubro de 2004, a entidade encaminhou parecer de seu Assessor Jurídico à Reitoria da UFRRJ, pelo qual comprovou que servidores afastados por motivo de aperfeiçoamento acadêmico têm direito ao adicional de insalubridade. Esta solicitação da ADUR à Reitoria consta do número do processo 23083.006336/2004-51, pela qual a seção sindical pede providências da administração da universidade para que os pagamentos deste adicional, até então suspensos, fossem restabelecidos aos professores pós-graduandos.

Tal solicitação baseia-se no documento do Tribunal de Contas da União, processo TC450.025/97-7, Faculdades de Ciências Agrárias do Pará, DOU de 25/07/1999, pelo qual se entende que o pagamento deve ser realizado sempre que o servidor comprovar "por declaração da instituição mantenedora, as condições insalubres em que será realizado o curso".

Em 22 de fevereiro, a ADUR-RJ recebeu o ofício nº09/CG, do chefe de gabinete da Reitoria, Marcelo Sobreiro, pelo qual encaminhou uma cópia do processo citado, que trata do pagamento da insalubridade aos docentes afastados para os cursos de pós-graduação.

Neste documento recebido pela ADUR, consta o parecer de 27 de janeiro de 2005, pelo qual a Procuradora Geral da UFRRJ, Ivani S. Machado, escreve: "*Restituo o presente processo à Reitoria, informando que esta Procuradoria concorda plenamente com o entendimento firmado pela Coordenação Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação do MOG*".

## MEC ADIA PRAZO PARA SUGESTÕES A ANTEPROJETO

PELA SEGUNDA VEZ, O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PRORROGOU O PRAZO PARA QUE ENTIDADES LIGADAS AO ENSINO SUPERIOR ENCAMINHEM SUGESTÕES SOBRE O ANTEPROJETO DE REFORMA UNIVERSITÁRIA. A DATA ANTERIOR, 28 DE FEVEREIRO, FOI ALTERADA PARA 30 DE MARÇO. VÁRIAS ENTIDADES SOLICITARAM TAL ALTERAÇÃO, JÁ QUE O TEMPO FOI CONSIDERADO EXÍGUO PARA A DISCUSSÃO DESTA PROPOSTA. VALE LEMBRAR QUE O MEC COLOCOU A PROPOSTA EM DEBATE EM DEZEMBRO PASSADO, PERÍODO DE FÉRIAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.

FONTE: FOLHA DE S. PAULO, 17 DE FEVEREIRO DE 2005.

## JORNAL ABERTO À COMUNIDADE DA RURAL

A DIRETORIA DA ADUR PLANEJA UM NOVO JORNAL, FORMADO POR ARTIGOS, CRÔNICAS, POESIAS, REFLEXÕES, E DEMAIS CONTRIBUIÇÕES ELABORADAS PELA COMUNIDADE DA RURAL. NOSSO "JORNAL ABERTO" AINDA NÃO TEM NOME, MAS JÁ ACEITAMOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DESTES PROJETO, BEM COMO SUGESTÕES PARA "BATIZÁ-LO". CONTAMOS COM A COLABORAÇÃO DE DOCENTES, DISCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS, PARA TRANSFORMÁ-LO EM UM ESPAÇO DE DEBATE, TROCA DE EXPERIÊNCIAS E LIVRE CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS. **PARTICIPE!!** ENVIEM SUA CONTRIBUIÇÃO E SUGESTÃO PARA NOSSO ENDEREÇO ELETRÔNICO ([IMPRESA@ADUR-RJ.ORG.BR](mailto:IMPRESA@ADUR-RJ.ORG.BR)) OU DEIXE UMA CÓPIA (IMPRESSA E EM DISQUETE) DO ARQUIVO, NA SEDE DA ADUR.

## ANDES-SN LANÇA REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

DURANTE O 24º CONGRESSO DO ANDES-SN, PROF. EDMUNDO FERNANDES DIAS, 3º SECRETÁRIO DA ENTIDADE, LANÇOU A REVISTA *UNIVERSIDADE E SOCIEDADE*. A EDIÇÃO Nº35 DESTA PUBLICAÇÃO CONTEMPLA O TEMA "CIÊNCIA & TECNOLOGIA, PÚBLICO & PRIVADO?". OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE COMO ADQUIRIR ESTE NÚMERO, BEM COMO EXEMPLARES ANTERIORES DA REVISTA *UNIVERSIDADE E SOCIEDADE*, PODEM SER ENCONTRADAS NA PÁGINA ELETRÔNICA DO ANDES-SN.

ACESSE [WWW.ANDES.ORG.BR](http://WWW.ANDES.ORG.BR)

Foto: DANIEL CARON



## SBPC-SP QUESTIONA PARTICIPAÇÃO DO PROIFES EM GT DO MEC

Em correspondência enviada ao presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ennio Candotti, a secretaria regional SBPC-SP declarou-se contrária à participação do Proifres no GT criado pelo MEC, pela portaria nº4092, de 9 de dezembro de 2004. Este GT tem por objetivo estudar alterações na carreira dos docentes das IFES, sobretudo no que se refere à MP 208. Esta Medida Provisória instituiu mudanças nos critérios de concessão da GED, criando um sistema competitivo, nivelado por pontuação.

Os recentes debates realizados pelo segmento docente demonstram que a categoria rejeita a continuidade e ampliação da GED. Os professores lutam, desde 1998, quando a Gratificação de Estimulo à Docência foi criada, pela sua extinção e incorporação do valor ao salário, já que este auxílio corresponde a menos de um terço da remuneração total recebida pelos docentes.

A correspondência da secretaria regional SBPC-SP lembra que tal posicionamento é fruto de decisões democráticas, tomadas em reuniões do Setor das IFES, que compõem o ANDES - legítimo representante dos docentes.

Assim, a secretaria regional SBPC-SP afirma que não concorda com a presença do Proifres no referido GT, já que o Fórum "não deixa claro a quem representa, uma vez que não foi eleito para este papel". E conclui, na citada correspondência: **"o que nos causa a maior estranheza é a afirmação do próprio Ministro da Educação, em reunião com o ANDES-SN, que a inclusão do PROIFES o GT seja uma posição política dele Ministro (circular nº439/04 do ANDES-SN). Restam apenas perguntar se interessa ao MEC dividir e enfraquecer a representação docente neste GT. (...) Nossa posição, portanto, é que não cabem nesta comissão outras entidades que não sejam a ANDES-SN, a ANDIFES e a SBPC"**.

## ROUBO NA SEDE DA ADUR-RJ

MAIS UMA VEZ A SEDE DA ADUR RECEBEU UMA "INESPERADA VISITA". NO ÚLTIMO DIA 21 DE FEVEREIRO, FOI CONSTATADO QUE OS GANCHOS PRENDEDORES DAS JANELAS DA ENTIDADE FORAM ROUBADOS. ATÉ ÀS 17 HORAS DA SEXTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO, AS PEÇAS ESTAVAM NO SEU DEVIDO LUGAR.

## ANDES-SN PARTICIPA DO PLENO NACIONAL DA ANDIFES

No último dia 15 de fevereiro, representantes da Diretoria do ANDES-SN participaram da reunião do Pleno Nacional da ANDIFES, realizada em Belo Horizonte, dando prosseguimento às atividades do Grupo de Trabalho, instituído pela portaria nº 4.052 de 9 de dezembro de 2004, para tratar da GED, da paridade e da estrutura salarial dos docentes. Durante o encontro, o ANDES manifestou sua posição em favor da extinção da GED e a preocupação com a discussão sobre a carreira docente.

De acordo com o Sindicato Nacional, o ANDES-SN convidou a ANDIFES para, juntos, desenvolverem uma agenda em defesa da universidade pública. O Sindicato dos Docentes informou aos representantes da ANDIFES que realizariam um congresso em fevereiro, no qual levariam adiante os debates sobre a reforma universitária, o financiamento e a autonomia das IFES e o anteprojeto de reforma do ensino superior.

## AGENDA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR:

### UMA PROPOSTA DO ANDES-SN PARA O BRASIL DE HOJE

**O TEXTO ABAIXO FOI APROVADO NO 24º CONGRESSO E SERÁ REAVALIADO NO 50º CONAD. O GTPE DA ADUR-RJ FARÁ UM ESTUDO DESTA DOCUMENTO E O APRESENTARÁ PARA DISCUSSÃO EM FUTURAS ASSEMBLÉIAS DOS DOCENTES:**

O ANDES-SN APRESENTA À SOCIEDADE A SUA PROPOSTA DE AGENDA COM ESTRATÉGIAS, DIRETRIZES E AÇÕES IMEDIATAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA. É UM DOCUMENTO QUE SINTETIZA EM TRÊS EIXOS OS RUMOS ESTRATÉGICOS PARA A EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA. EMBORA HISTORICAMENTE O ANDES-SN REIVINDIQUE UMA PROFUNDA REFORMA UNIVERSITÁRIA, TAL COMO FIZERAM OS REFORMADORES DE CORDOBA, É FORÇOSO RECONHECER QUE O DEBATE ATUAL EM TORNO DO TEMA REFORMA ESTÁ COLONIZADO PELA AGENDA DA MODERNIZAÇÃO, TAL COMO ESTABELECIDO PELO BANCO MUNDIAL. NOS MARCOS DOS GOVERNOS NEOLIBERAIS, A REFORMA ESTÁ CENTRADA EM MUDANÇAS GERENCIAIS, NA REDUÇÃO DO FINANCIAMENTO PÚBLICO, NO ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E EM POLÍTICAS DE PSEUDO-GARANTIAS DE ACESSO DOS POBRES À UNIVERSIDADE. O EIXO CENTRAL DA REFORMA DO GOVERNO É O ALIGEIRAMENTO DOS ESTUDOS, VISANDO AO AFASTAMENTO CADA VEZ MAIOR DOS CONTEÚDOS CURRICULARES DAS ATUAIS FRONTEIRAS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, PARA ASSEGURAR NOSSA INSERÇÃO NO MUNDO CAPITALISTA GLOBALIZADO PERMANENTEMENTE COMO NAÇÃO PERIFÉRICA, EXPORTADORA DE RECURSOS NATURAIS, PRODUTOS AGRÍCOLAS E MÃO-DE-OBRA BARATA, E ETERNAMENTE DEPENDENTE DA IMPORTAÇÃO DE TECNOLOGIA. O ANTEPROJETO DO MEC (VERSÃO DE 6/12/04) EXPRESSA ESSES LIMITES E, NESSE SENTIDO, A AGENDA DO ANDES-SN TRABALHA COM PRESSUPOSTOS MUITO DISTINTOS DAS PRÁTICAS DO GOVERNO FEDERAL.

COM EFEITO, OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS COISIFICAM E SUBSUMEM O CONHECIMENTO COMO COMPONENTE ESTRATÉGICO DE GERAÇÃO E INCREMENTO DA RIQUEZA (SOCIEDADE DO CONHECIMENTO). NESSA ÓTICA, AS UNIVERSIDADES DEVEM SER ASSOCIAR ÀS EMPRESAS E AOS SETORES EMPRESARIAIS, E OS DOCENTES DEVEM SER MEROS EMPREENDEDORES, CONFIGURANDO A MERCANTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO. COMO OS PAÍSES PERIFÉRICOS E SEMIPERIFÉRICOS SÃO CAPITALISTAS DEPENDENTES E MARCADOS PELA HETERONOMIA CULTURAL, A VENDA DE SERVIÇOS AFASTA A UNIVERSIDADE DO RIGOR TEÓRICO E DA VIGILÂNCIA EPISTEMOLÓGICA E, SOBRETUDO, DOS GRANDES PROBLEMAS NACIONAIS. ADEMAIS, A AGENDA DA MODERNIZAÇÃO PRESSUPE A DIFERENCIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, COMO SE FOSSE INEXORÁVEL A EXISTÊNCIA DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE DISTINTOS QUILATES (VOCAÇÃO E RESULTADO DE SEU DESEMPENHO NO MERCADO).

AS NOTAS PRELIMINARES AQUI APRESENTADAS SÃO PARTE DA PROPOSTA DO ANDES-SN PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA (CADERNO 2 E PNE: PROPOSTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA). ESSAS DIRETRIZES NÃO OBJETIVAM SE CONSTITUIR EM UMA LEI ORGÂNICA E, TAMPOUCO, EM UMA LEI DA EDUCAÇÃO SUPERIOR QUE REGULAMENTE A AUTONOMIA. O SINDICATO COMPREENDE QUE AS NORMALIZAÇÕES NÃO PODEM DAR SUPORTE À REDUÇÃO DO ALCANCE CONSTITUCIONAL DA AUTONOMIA E AO APAGAMENTO DAS FRONTEIRAS ENTRE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, O QUE RESULTARIA EM BENEFÍCIO DESTA ÚLTIMA.

ESSA AGENDA SISTEMATIZA PROPOSTAS OBJETIVAS PARA AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, EMBORA, EM DETERMINADOS PONTOS, SUAS RECOMENDAÇÕES INCLUAM OUTRAS MODALIDADES (CEFETS, POR EXEMPLO). FOI CONFERIDA MAIOR ÊNFASE ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS, EM VISTA DO MOMENTO POLÍTICO DO INÍCIO DE 2005 E, POR ISSO TAMBÉM, A AGENDA TERÁ QUE SER AMPLIADA E APROFUNDADA.

### TEXTO DOCUMENTO

#### 1. FUNDAMENTOS DA AGENDA E A CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE DO ANDES-SN

A EXPERIÊNCIA SECULAR DAS UNIVERSIDADES É MÚLTIPLETADA, MAS ALGUNS MOMENTOS SUBLINHARAM ASPECTOS PROFUNDOS DESSAS INSTITUIÇÕES, COMO O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE DE BERLIM (1809) EM QUE O CONCEITO DE AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA FOI FIRMADO NO ESCOPO DO ESTADO E O MOVIMENTO INICIADO EM CORDOBA (1918) EM QUE OS ESTUDANTES SUSTENTARAM TRANSFORMAÇÕES NAS CONDIÇÕES LATINO-AMERICANAS, DEPOIS CONSAGRADAS, COMO O ACESSO LIVRE, O GOVERNO COMPARTILHADO E A VOCAÇÃO CIENTÍFICA DAS UNIVERSIDADES. ASSIM, AS LUTAS EM DEFESA DA UNIVERSIDADE CONSOLIDARAM TRAÇOS FUNDAMENTAIS QUE O ANDES-SN REIVINDICA, COMO: O CARÁTER UNIVERSAL E NÃO-DOG MÁTICO DA UNIVERSIDADE; O DEVER DO ESTADO PARA COM A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COM PLENA GRATUIDADE; A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA COMO NORMA BASTANTE EM SI, DE EFICÁCIA COMPLETA, CONFORME EXPRESSO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA (1988); A INDISSOCIABILIDADE ENTRE O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO, E O AUTOGOVERNO COMPARTILHADO DAS INSTITUIÇÕES. REIVINDICA, AINDA, COMO FUNÇÃO SOCIAL HISTORICAMENTE CONSTITUÍDA, A PRODUÇÃO E A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, FUNDADAS NAS EXIGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS E DE MÉTODO (RIGOR CIENTÍFICO) ALÉM DE ESTAR A SERVIÇO DA SOCIEDADE HISTORICAMENTE DETERMINADA.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO TEM DE EXERCITAR A CRÍTICA ÀS CONCEPÇÕES DE MUNDO ESTABELECIDAS, A DÚVIDA, O DIREITO DE SONHAR E IMAGINAR, PORTANTO NÃO PODE ESTAR DIRIGIDA PELO MERCADO E TAMPOUCO PELA RAZÃO INSTRUMENTAL QUE ORIENTA A LÓGICA PRODUTIVISTA TÃO ARDOROSAMENTE DEFENDIDA PELOS ADEPTOS DA "EXCELÊNCIA" ACADÊMICA. A PROCURA POR DIFERENCIAIS DE EFICIÊNCIA NÃO PODE SER DOGMATIZADA ACIMA DOS VALORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA PRIORIZAÇÃO E NO PROCESSO DAS PESQUISAS. É CONDIÇÃO PARA O RIGOR CIENTÍFICO O CUIDADO COM A DOCÊNCIA, ATIVIDADE CONCEITUADA NESTA AGENDA COMO AXIAL E NOBRE, POR ISSO, A DEFESA DE CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO.

POR LIDAREM COM ASPECTOS DELICADOS DA VIDA HUMANA, AS UNIVERSIDADES DEVEM SE PAUTAR POR PROCEDIMENTOS ÉTICOS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS, UM TEMA A SER PERMANENTEMENTE DISCUTIDO DENTRO E FORA DAS INSTITUIÇÕES. POR SE CONFRONTAREM FREQUENTEMENTE COM AS VISÕES DE MUNDO ESTABELECIDAS — RELIGIOSAS, POLÍTICAS, ECONÔMICAS... —, AS UNIVERSIDADES DEVEM GOZAR DE PLENA AUTONOMIA DIDÁTICO-CIENTÍFICA, QUALIDADE QUE AS PARTICULARIZAM ENTRE AS DEMAIS INSTITUIÇÕES SOCIAIS. ÀS PRERROGATIVAS DA AUTONOMIA OBJETIVAM JUSTAMENTE ASSEGURAR A LIBERDADE ACADÊMICA.

A DEFESA DESSAS AXIOMAS NÃO SIGNIFICA ALHEAMENTO SOCIAL. O CONHECIMENTO BÁSICO, ABSTRATO, IMERSO EM PROBLEMATÍCAS TEÓRICAS É UMA DIMENSÃO CRUCIAL DA UNIVERSIDADE, POIS, A MÉDIO E LONGO PRAZOS, ESSA LIBERDADE SE REVERTE EM BENEFÍCIOS SOCIAIS. MAS TAMBÉM É LEGÍTIMA A PRODUÇÃO VOLTADA PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS CONCRETOS, POIS ESTA TAMBÉM OBEDECE ÀS EXIGÊNCIAS DE RIGOR CIENTÍFICO. O QUE NÃO CABE É A SUBORDINAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS DO CAPITAL, VISTO QUE ESSA RUA É DE MÃO ÚNICA: BENEFÍCIA A EMPRESA E O EMPREENDEDOR, MAS NÃO A SOCIEDADE E A UNIVERSIDADE, POIS OS CRITÉRIOS DE RIGOR SÃO SECUNDARIZADOS FRENTE AOS OBJETIVOS INSTRUMENTAIS, ALÉM DE ESTAR ORIGINALMENTE POSTA A SERVIÇO DO SEGREDO PRIVADO — COMO DETERMINA A LEI DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA — E NÃO AO SABER DEMOCRATIZADO DE CUNHO EMANCIPATÓRIO. DISTINTAMENTE, CONTRATOS E CONVÊNIOS QUE OBEDECEM AO USO RIGOROSO DA CIENTIFICIDADE DO CONHECIMENTO E ATENDEM AOS OBJETIVOS ACADÊMICOS DE UM DETERMINADO CAMPO DE SABER PODEM RESULTAR EM BENEFÍCIOS PARA A INSTITUIÇÃO. É A LÓGICA ACADÊMICA QUE DEVE PRESIDIR O EXAME DESSOS CONTRATOS E NÃO A LÓGICA DO CAPITAL.





